

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: AVANÇOS CONCRETOS, RETROCESSOS IMINENTES

Lorena Passos de Souza¹

RESUMO

De longa data, a Educação Superior (ES) brasileira é marcada por um processo de estratificação social, dado o acesso restrito a uma população branca e elitizada. Todavia, a última década, vivenciou francos investimentos na ES que, em alguma medida, vem contribuindo para mudanças desse cenário. Posto isso, a questão central deste trabalho é averiguar a evolução do quantitativo de alunos na ES no Brasil, nos últimos anos, buscando entender os avanços presenciados no acesso a esse nível de ensino após as políticas de expansão implementadas pelo governo federal. Com efeito, averiguou-se pela análise descritiva dos dados da Pnad, dos anos de 2003-2015, o avanço do número de alunos nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas, da presença dos negros e pobres, e a expansão do ensino em regiões menos desenvolvidas, o que sinaliza para um processo, concomitante, de expansão e inclusão na ES.

Palavras-chave: Ensino Superior, Expansão, Políticas Públicas.

ABSTRACT

For a long time, Brazilian higher education is marked by a process of social stratification, given the restricted access to a white and elitist population. However, the last decade has experienced frank investments in higher education, which some measure, has contributed to change this scenario. Thus, the central question of this work is to investigate the evolution of the quantitative of students in higher education in Brazil, in recent years, seeking to understand the advances seen in access to this level of education after the expansion policies applied by the federal government. As a result of the descriptive analysis of PNAD data, from 2003-2015, the number of students in public and private higher education institutions, the presence of blacks and the poor, and the expansion of education in regions less developed countries, which points to a concomitant process of expansion and inclusion in higher education.

Key words: Higher Education, Expansion, Public Policies.

¹Estudante do curso de Licenciatura em Biologia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

1. INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil por longas datas foi assinada por histórias de desigualdade, onde pobres, mulheres e negros não encontravam espaço, principalmente tratando-se de cursos de alto prestígio como, por exemplo, os cursos de medicina, frequentados essencialmente pela população rica e branca do país. Diante desta dura realidade o governo busca a democratização do ensino superior, abrindo espaços e tornando possível o acesso ao ensino pelas mais diversas esferas que compõe o país.

No bojo da expansão do ensino, tanto no número de instituições, quanto no número de vagas, e de ingressantes, bem como nº de matrículas, observou-se um maior acesso da população mais pauperizada ao ensino superior. Nesse caso, os programas de expansão do ensino superior, além de ampliarem o número de vagas voltadas ao ingresso dos segmentos anteriormente excluídos desse nível de ensino, também intencionaram dar suporte à permanência dos mesmos nos cursos. É notório que está em curso um enérgico processo de democratização do campus brasileiro. O ensino superior, espaço que a pouco era exclusivo da elite branca brasileira, passou a ser acessível para outros estratos populacionais.

Neste cenário, as políticas de expansão se revelam como importantes portas de acesso ao ensino superior para pessoas e/ou grupos que outrora não tinham muita oportunidade de acesso ao ensino, visto que este é elitizado há tantos anos.

Neste contexto, constitui-se como objetivo geral do estudo, analisar o quantitativo de alunos que estão no ensino superior nos últimos anos visando entender os avanços na expansão do acesso a esse nível e quais os desafios imediatos e futuros.

Esta pesquisa é dividida em duas sessões, além desta introdução e das considerações finais, a primeira sessão se vale da revisão de literatura com os indicativos de pesquisas nacionais sobre a expansão no ensino superior nos últimos anos. E a segunda seção é composta pela descrição dos dados da PNAD, entre os anos de 2003 e 2015, em relação a expansão do ensino superior, bem como é destacado os riscos recentes nesse nível de ensino.

2. EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: O QUE INDICAM AS PESQUISAS NACIONAIS

O ensino superior no Brasil foi marcado por uma longa história de elitização, na medida em que estava fora do alcance de muitos brasileiros. As Instituições de Ensino

Superior (IES) eram ocupadas de modo quase exclusivo pela elite branca, realidade que começou a ser mudada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a adoção de algumas políticas, que embora de cunho neoliberal, possibilitaram o aumento de vagas, de 110,8% em oito anos de governo, na IES privadas (CALDERÓN, 2000). No que concerne a ensino superior público, no entanto, não se presenciou no governo FHC medidas de expansão e democratização.

Durante este governo uma equipe elaborou o que os autores chamam de “A proposta”, plano referente a reformulação da educação que deveria começar pelo ensino superior. A proposta declarava a inevitabilidade da existência de uma parceria entre o setor privado e o governo na gestão e no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico (CUNHA, 2003). O objetivo principal desta reformulação do ensino superior era aumentar o número de vagas, porém esse aumento necessariamente não poderia simbolizar gastos à União.

Por conseguinte, Silva (2016) descreve que a expansão deveria ocorrer nas instituições privadas, para isto processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado foram acrescidos. O que justifica o grande aumento no número de vagas e matrículas durante o governo FHC nas instituições privadas, que no ano de 2002 representava aproximadamente 70% do número de matrículas.

Vale ainda ressaltar que, esta proposta reporta-se ao ensino superior federal de forma negativa, alegando que este precisaria ser revisto, mas em nada se refere ao ensino privado, que apresenta qualidade inferior (CUNHA, 2003). O que demonstra a existência de um jogo político por traz da expansão no número de vagas nas instituições privadas.

Um momento de guinada no ensino superior, tanto público quanto privado, se deu nos governos que precederam FHC. Em seus 12 anos de gestão o Partido dos Trabalhadores adotou diversas medidas de expansão do ensino superior, de modo geral, mas também de inclusão das populações mais pauperizadas.

Em 2005, nos primórdios do governo Lula, inaugurou-se o processo de adensamento do ensino superior privado, nessa feita, por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI). O PROUNI é um programa que fornece bolsas de estudo parciais e integrais, oportunizando a inclusão de mais estudantes no sistema de ensino superior brasileiro privado (CATANI; HEY, 2006).

Nas palavras de Morais (2011, p.2) “o ProUni consiste numa política pública voltada à garantia do acesso, permanência e inclusão dos beneficiados no mundo

acadêmico, dando oportunidade de estudo a segmentos que, historicamente, tiveram dificuldade de acesso à educação superior.”

Para conseguir uma bolsa os candidatos devem se encaixar no critério socioeconômico, só terá direito a bolsa integral candidatos com renda per capita familiar de, no máximo, um salário mínimo e meio e bolsas parciais para aqueles que possuem renda per capita familiar de, no máximo, três salários mínimos (MORAIS, 2011). O que ratifica, portanto, a importância do programa para o acesso da população mais pobre ao ensino superior.

O mesmo autor ainda descreve dados que caracterizam o ProUni como benéfico a população mais pauperizada, afirmando que o programa possibilitou o aumento dos pretos e pardos, elevando a participação no ensino superior de forma marcante, no ano de 2010 a política de cotas e ProUni possibilitou um crescimento de aproximadamente 50 mil no número de alunos negros nas universidades brasileiras (MORAIS, 2011).

Por outro lado, alguns autores criticam o programa, ancorados no jogo político que envolve as ações do governo, Pinto (2004) diz que devido ao grande número de vagas disponíveis nas instituições privadas, que cresceram consideravelmente desde a última década, faz-se necessário o incentivo a políticas públicas que os favorecessem ajudando a preencher as vagas ociosas e desta forma evitando a falência, diante disto “O ProUni surge como excelente oportunidade de fuga para frente para as instituições ameaçadas pelo peso das vagas excessivas” (CARVALHO, 2006, p.987).

Já se tratando da rede pública de ensino, a expansão universitária começa também no primeiro mandato do presidente Lula, tendo início em 2003 com a interiorização dos campi das Universidades Federais. No ano de 2003 o número de municípios que possuíam uma Universidade Federal era de 114, passando até o final de 2011 para 237 (CHACON; CALDERÓN, 2015).

Em seu segundo mandato Lula lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tendo como objetivo principal não só o acesso, mas também a permanência na educação superior, assumindo uma sequência de medidas para expansão do ensino e dessa vez na rede federal de educação (CHACON; CALDERÓN, 2015).

Cislighi (2011, p. 248) caracteriza como o objetivo do programa, “a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior pelo melhor

aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

Para tornar isso possível foram realizadas ações para criação de novas vagas nos cursos de graduação, a expansão da oferta especialmente em cursos noturnos, e ações para combater à evasão. A criação de novos cursos e a ampliação de vagas nas IES foram possíveis porque desde o início da expansão foram criadas 14 Universidades Federais e cerca de mais de 100 novos campi (BRASIL, 2007). A referida expansão aconteceu também através da interiorização dos campi, que permitiu que o número de municípios atendidos pelas universidades federais chegasse a 237 no final de 2011, representando uma taxa de crescimento de 107% já que em 2003 eram apenas 114 (MEC, 2011).

A expansão do Ensino Superior federal é dividida em duas fases, uma que compreende os anos de 2003 a 2007, e outra após 2007 com a instituição do REUNI. Durante a expansão 1 foram criadas 08 universidades federais em diversos estados, na expansão 2 foram criadas mais 06, entre os anos de 2003 e 2010 (BARROS, 2015). Conforme MEC (2009), dados do Relatório do Primeiro Ano – Reuni 2008, os avanços foram expressivos desde o início do REUNI: houve no primeiro ano do programa um aumento de 14.826 novas vagas nas universidades federais, e, 14.825 cursos presenciais de graduação.

De forma geral, o REUNI permitiu um alargamento considerável no número de vagas ofertadas nas instituições de ensino superior. Em 2002, o Brasil contava com 45 universidades federais, 113.263 vagas na graduação presencial, 500.459 matrículas na graduação presencial, já, em 2014, o número de universidades subiu para 63 universidades federais, 245.983 vagas na graduação presencial, 932.263 matrículas na graduação presencial. Outro número relevante é o aumento de municípios com universidades federais, que passou de 114 para 289 – constituindo assim um crescimento de 153%. (COSTA, [s/d])

E além do PROUNI outra iniciativa do governo também apoiava estudantes que não tinha condições de arcar com o ensino superior privado. Visando complementar as possibilidades de ingresso em instituições privadas instaurou-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que foi criado em 1999, com objetivo de acrescer os caminhos para os estudantes que não tinham condições de cursar um nível superior em uma instituição privada por não poder arcar com os custos.

Programas como o PROUNI, o REUNI e, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), estabeleceram-se como os pilares essenciais do movimento de expansão da

educação superior, sendo dois deles da rede privada (PROUNI e FIES), e o outro da rede pública (REUNI) (BARBOSA; et al. 2016). “As políticas adotadas instauram uma situação complexa, na medida em que procuram enfrentar o problema das desigualdades de acesso ao ensino superior voltando-se tanto para o setor público quanto para o privado” (ZAGO; PAIXÃO; PEREIRA, 2016, p.149).

Essas ações favoreceram, de fato, o adensamento do ensino superior, Mancebo, Vale e Martins (2015) mostram que, entre 1995 e 2010, houve um crescimento considerável no número total de matrículas (presenciais e a distância), onde, em 1995, era de 1.759.703, e passou a ser 6.379.299, em 2010, totalizando em dezesseis anos um crescimento de 262,52%.

Todavia, é válido salientar que o maior crescimento no número de matrículas foi nas instituições privadas, que apresentaram um crescimento de 347,15%, sendo quase o dobro em relação as instituições da rede pública onde o aumento foi de apenas 134,58%, entre os anos 1995 a 2010.

O crescimento do setor privado é uma realidade marcante desde a ditadura militar onde houve ajustes na educação superior, reforçando a atuação do então chamado de Conselho Federal de Educação (CFE), que possuía uma forte composição privatista, além de facilidades, e principalmente incentivos fiscais e tributários para a abertura de IES privadas (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). No ano de 2015, a rede privada que já era majoritária desde a década de 1970, aumentou ainda mais a sua participação, correspondendo a 85% das IES (SAMPAIO, 2015).

De acordo com Sguissardi (2006) apud Barros (2015), o grande crescimento da rede privada de ensino se dá em grande parte pelas facilidades de formação de instituições de ensino superior privadas, em especial com finalidade de lucro. O autor ainda fala que as políticas para a educação superior estão submersas em um retrato de subordinação do país a economia global, seguindo as ideias difundidas pelo Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) de uma visão de universidade focada em teorias mercantilistas e produtivistas.

Diante disso, a alternativa privada se mostrou como o recuso mais vantajoso e eficiente na promoção de oferta de vagas. Uma vez que, estas instituições ofertam cursos de procura emergente no mercado de trabalho, em especial no noturno, o que atrai muitos alunos. Além do mais, esse estímulo à expansão pela iniciativa privada ocasiona uma quebra na ideia de universidade focada em ensino, pesquisa e extensão, permitindo assim

que muitos cursos com padrões ínfimos de qualidade fossem criados em IES privadas (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006)

É notório que houve avanços no acesso ao ensino superior, contudo, cabe indagar em que medida essa expansão foi acompanhada de democratização.

Nesse debate é relevante considerar o número de matrículas por turno, Barros (2015) salienta que, ao observar o censo nos períodos 2000/2010 percebe-se que a escolha por cursos noturnos foi predominante, representavam 56,1% do total de matrículas em 2000, chegando a 63,5%, em 2010. Ainda segundo a autora, a oferta por cursos noturnos é maior nas instituições privadas do que nas públicas, sejam elas federais ou estaduais, o que favorece uma demanda destacada pelas instituições privadas.

Os cursos noturnos são escolhidos, geralmente, por aqueles que precisam trabalhar durante o dia, na tentativa de equilibrar o estudo com a vida laboral. Assim, ainda permanece uma segregação no ensino superior na medida em que para muitos a única opção é ingressar nas instituições privadas que oferecem cursos condizentes com as necessidades de conciliação entre a vida familiar, o estudo, e o trabalho.

As universidades públicas ao oferecem, em grande medida, cursos diurnos, e, em tempo integral, reforçam as desigualdades de oportunidades no acesso ao ensino superior. Há de se ponderar que no período recente tentou-se mitigar essa problemática tanto pela expansão dos cursos noturnos, como dos subsídios de permanência na universidade, as bolsas alimentação, moradia, pesquisa, extensão, de modo a criar mecanismos capazes de propiciar o estudo com menor necessidade de trabalho. Porém, os inúmeros avanços ainda são insuficientes para afiançar oportunidades mais equitativas, uma vez que as bolsas não ter valor condizente ao rendimento necessário para manutenção de uma família e aqueles que necessitam trabalhar desde tenra idade para ajudar no sustento de casa enfrentam muitas barreiras para acessar o ensino público de nível superior.

Ademais, importante sublinhar o que aponta Oliveira e Bittar (2010), de que o ensino superior noturno possui uma história com muitas nuances. Para os autores, o ensino noturno estar associado a uma importante democratização do acesso aos trabalhadores, mas também apresenta condições precárias de ensino em especial nas instituições privadas, que oferecem o maior número de cursos noturnos, geralmente, com duvidosa qualidade.

E nesse cenário de precariedade dos cursos noturnos os estudantes-trabalhadores é que são penalizados, ao não terem acesso a mesma qualidade e infraestrutura dos cursos diurnos. Esse ensino, pode-se assim dizer de “segunda classe”, têm efeitos lesivos para a

formação profissional e inserção no mercado de trabalho, não sendo condizentes com os esforços dos trabalhadores, que mesmo com suas oito ou mais horas diárias de labuta, almejam estudar.

Diante disso, é válido salientar que o crescente número de matrículas na rede privada de ensino é certamente benéfico, uma vez que oportuniza aos trabalhadores cursarem um nível superior, porém é preocupante quando se considera a qualidade desse ensino.

Portanto, é premente fazer um contraponto no debate da democratização se o acesso é via ensino superior público ou privado, dado que ainda permanece avolumadas diferenças de qualidade.

Geralmente os melhores profissionais e mais qualificados, tratando-se do ensino superior, estão na rede pública de ensino, onde o acesso é mais restrito dado a limitação de vagas. O ainda limitado acesso a rede pública faz com que um maior número de matrículas seja na rede privada, principalmente por meio dos programas PROUNI e FIES. O fato leva a Barbosa et al (2016) considerar que houve um crescimento muito mais quantitativo do que qualitativo no ensino superior brasileiro.

Nesse debate da qualidade cabe ponderar as taxas de evasão e conclusão no ensino superior público e privado. Tratando-se das taxas de conclusão também é clara a gritante diferença entre as instituições, onde entre os anos de 2003/2014 houve um crescimento de 118,7% nas conclusões em cursos de graduação na rede privada, enquanto na rede pública o crescimento na taxa de conclusão foi de 39,6% (BARBOSA; et al., 2016)

Considera-se que “uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino” (ZAGO, 2006, p. 228). As políticas de expansão e as afirmativas buscam não somente expandir o acesso, mas também diminuir a taxa de evasão.

Gomes e Silva (2004) caracteriza as políticas afirmativas, como “(...) políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física” (GOMES; SILVA, 2004, p. 90).

Porém, o ensino superior no Brasil ainda é bastante restrito, principalmente, levando em consideração a situação de pretos e pardos. A população negra representa 50,94% da população total do Brasil, segundo o Censo de 2010, mas o percentual de

negros na educação superior em 2011 era de 35,8%, contra 65,7% de brancos (PAIXÃO, 2011 apud VARGAS, 2015). As diferenças de oportunidades entre negros e brancos é de longa data, e há ainda um grande caminho a percorrer no acesso ao ensino para esta população pauperizada.

Mesmo com a expansão que vem acontecendo nos últimos anos, o campus brasileiro ainda é ocupado pela população rica, e em determinados cursos de graduação, principalmente nos de alto prestígio, 9% dos estudantes cursaram o ensino médio na rede privada, (RISTOFF, 2011 apud ZAGO; PAIXÃO e PEREIRA, 2016) reforçando mais uma vez a maior oportunidade que estes têm no acesso ao ensino superior.

Geralmente os estudantes negros são aqueles que cursaram o ensino fundamental nas escolas da rede pública, sendo relevante considerar a grande disparidade que se evidencia na qualidade do ensino básico gratuito e o particular. Verificava-se, assim, que os estudantes da rede privada tinham um maior acesso ao ensino superior principalmente pela baixa competitividade dos alunos da rede pública na seleção das Universidades públicas do Brasil. (COSTA; BARBOSA e GOTO, 2010).

É possível perceber que a parcela da população mais pauperizada e que de longa datas sofre com a desigualdade de oportunidades ainda enfrentam muita dificuldade no acesso ao ensino superior, porém os programas como PROUNI e FIES tem permitido a estes o acesso ao ensino superior privado, mesmo com a pouca variedade de cursos e a qualidade questionável. E o ensino público também têm abertos caminhos, mesmo que ainda sejam para muitos inalcançável.

Nos últimos anos o Ensino Superior (ES) no Brasil vem passando por grandes mudanças, a universalização do acesso torna-se cada vez mais urgente na busca por democratização, e é este o objetivo das políticas de expansão de acesso ao ensino superior. É de fundamental importância democratizar a expansão do ensino superior de forma a mencionar com melhor continuidade do processo formativo da população brasileira (FRANCO, 2008. p.55).

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa utiliza a estatística descritiva para investigar a expansão do Ensino Superior no Brasil. A Análise Descritiva de dados permite a organização, a descrição e síntese dos elementos importantes observados nos dados. Nesse trabalho, são cotejados os números dos anos 2003 a 2015, utilizando as variáveis do quantitativo de estudantes

no ensino superior no ano de pesquisa, quantos deles estão na rede pública e na privada, os números por região, a cor ou raça dos discentes, o sexo, a idade, e a renda familiar per capita.

A referida análise de dados pode ser realizada por diversos instrumentos, como gráficos, tabelas e quadros. Neste trabalho serão utilizados gráficos demonstrando a evolução, por sexo, raça, e condição econômica, no quantitativo de alunos no ensino superior. É válido salientar que ao sintetizar dados perdas de informações podem acontecer, no entanto é uma perda justificável, uma vez que sintetizar os dados colabora na interpretação e clareza

A análise descritiva de dados valeu-se de informações provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2003 a 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa não apresenta dados do ano de 2010 porque foi o ano do censo demográfico e nesses anos não tem a pesquisa da PNAD.

Os dados PNAD que obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, fornecem subsídios relevantes para análise do ensino superior nos últimos anos. A PNAD é uma das pesquisas que melhor se encaixa na proposta almejada nesse trabalho, uma vez que a pesquisa realizada abrange a maior parte da população brasileira, e pode ser considerada de alta qualidade, além de ser regular em sua realização.

4. ENSINO SUPERIOR NA ÚLTIMA DÉCADA: AVANÇOS E DESAFIOS.

A expansão do ensino superior ganha proeminência a partir do ano de 2003, como já destacado na seção anterior. As diversas medidas, Prouni, Reuni, Fies, adotadas no período recente, possibilitaram um avanço quantitativo nada desprezível dos estudantes de nível superior.

Como mostrado no Gráfico 1, o número de alunos que têm acesso ao ensino superior no Brasil, seja ele público ou privado, cresceu ano após ano. Em 2003 o número de alunos era de 4,4 milhões, já em 2015 este número alçou patamar de 7,3 milhões, o que representou um aumento de 264,79%. Aumento este que é deveras significativo, uma vez que ter acesso ao ensino passou a ser mais palpável para muitos brasileiros.

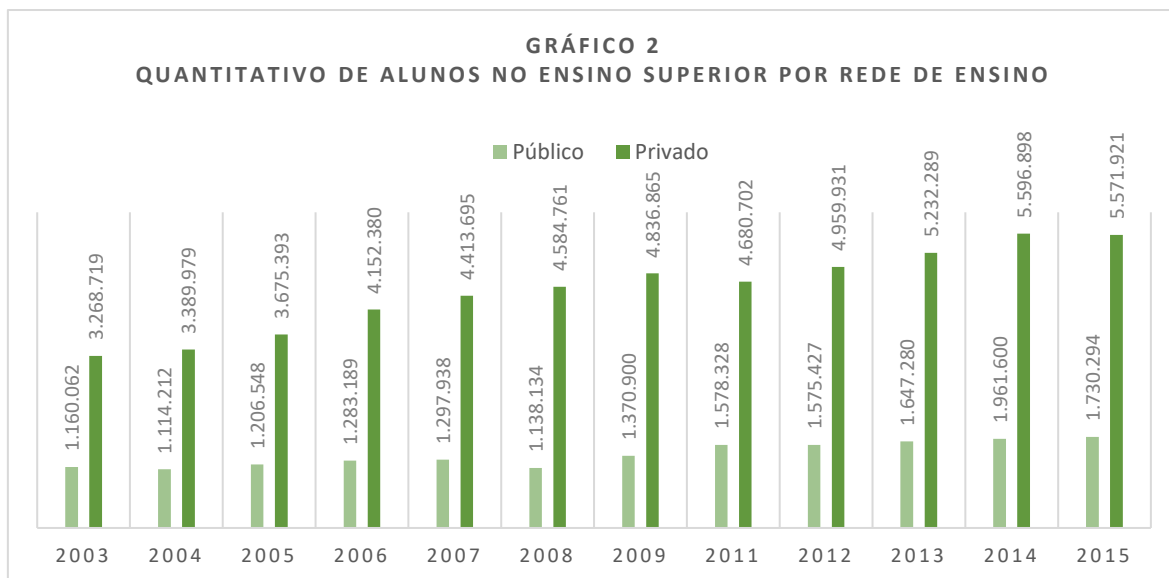


Fonte: PNAD
Elaboração Própria

O Gráfico 1 mostra que, entre 2005 e 2006, houve um aumento de 11% no número de alunos, aumento mais expressivo do que nos demais anos. Nesse interregno, o número de matrículas na rede pública de ensino saiu de 1,2 milhões, em 2005, para 1,3 milhões, em 2006, no contraponto, a rede privada saiu de 3,7 milhões, em 2005, para 4,1 milhões, em 2006, como mostra o Gráfico 2. Como o PROUNI foi implementado no ano de 2005, esse avultado aumento no quantitativo de alunos no ensino privado deve, em muito, ter sido proveniente desta iniciativa.

Outro dado significativo é a grande diferença entre o número de alunos no ensino superior público e privado. As instituições de ensino privadas tiveram entre os anos analisados, cerca de 70,46% de aumento no número de alunos, enquanto nas instituições públicas o aumento foi de 49,15%. O que pode acontecer por diversas razões, dentre elas a facilidade no ingresso, a baixa concorrência devido ao grande número de instituições ou a gama de cursos disponíveis especialmente noturnos, o que permite que muitas pessoas que trabalham durante o dia possam ingressar no ensino superior.

É relevante ponderar ainda que o maior número de alunos no ensino privado também se deve ao fato do ensino superior público possuir vagas limitadas, além de muitos cursos integrais, enquanto a rede privada possui um grande número de vagas ociosas. Sendo assim, a explicação pode ser tanto pelo lado da oferta como da demanda, diante disso o Gráfico 2 mostra o avanço no número de alunos no ensino superior no Brasil público e privado.



Fonte: PNAD
Elaboração Própria

Observando os números do ano de 2014 e 2015 percebe-se uma pequena queda no número de matrículas no ensino privado, o que pode ter acontecido devido aos cortes feitos pelo governo nos programas de financiamento estudantil. Conforme Saldaña (2016), o governo alterou as regras do Fies nos últimos dias do ano de 2014, o programa havia passado por uma considerável expansão entre 2010 e 2014, as novas regras limitou e tornou mais restrito o acesso ao programa. Em 2015, o número de contratos foram 313 mil, o que representa 57% menos do que o registrado em 2014.

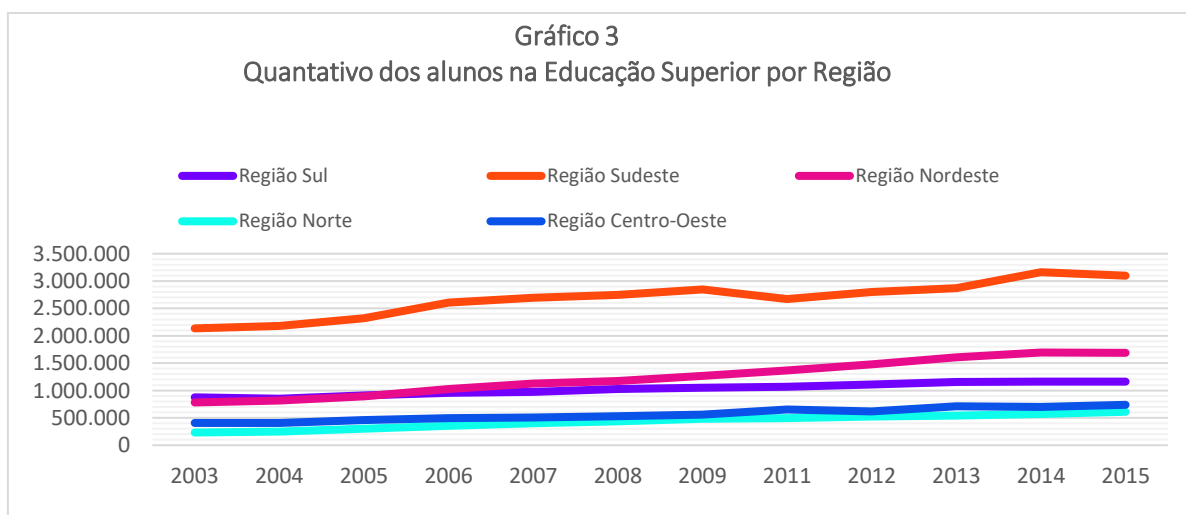
Os Gráficos 1 e 2 mostram claramente os reflexos positivos das políticas de expansão nas IES no período de 2003-2015, pois ilustram a evolução no número de alunos na graduação, o que representa uma conquista significativa e ascendente no acesso ao ensino superior.

Após apontar o avanço no Brasil de forma geral, é válido também explorar como esse crescimento aconteceu em cada região. Verifica-se que o maior quantitativo é na região Sudeste, porém é preciso pensar que o grande quórum nesta região pode ser pelo fato de ser a mais populosa região do país, e, também dessa parte do país contar com maior dinamismo econômico, que consequentemente, gera uma demanda por qualificação profissional. No período em tela, houve um aumento de 45,17% no número de alunos nessa região, saindo, em 2003, de um patamar de 2,1 milhões para, em 2015, totalizar 3,1 milhões de alunos no ES. Na região Sul a adição foi de 32,7%, no início da série tinha aproximadamente 875 mil alunos, e, passou a ter 1,2 milhões no final.

Em contraposição ao grande quantitativo no Sudeste e Sul se apresenta o Norte, que possui um pequeno número de alunos no ensino superior no ano de 2015. Eram 611 mil, porém, a taxa de crescimento, entre 2003 e 2015, foi de 163%, sendo mais proeminente que a presenciada nas regiões Sudeste e Sul. Portanto, a despeito do baixo quantitativo frente as regiões mais desenvolvidas, a quantidade de alunos triplicou, o que sinaliza um notório esforço de prover acesso à educação superior nos diversos cantos desse continental país.

O Nordeste está logo atrás do Sudeste, como a região com maior quantidade de discentes. Porém a diferença em números é muito grande, mesmo com todo o avanço alcançado pelo Nordeste. Nesta região o acréscimo foi deveras significativo sendo de 116%. Em 2003, o Nordeste possuía aproximadamente 781 mil alunos no ES, passando para 1,7 milhões no ano de 2015. Por fim, a região Centro-Oeste apresenta taxa de crescimento de 81,2%, eram 407 mil, aproximadamente, passando a ser 738.105 alunos.

Sendo assim, um olhar mais atento permite entender que apesar do expressivo número de discentes no ES na região Sudeste, a taxa de crescimento (45%) foi menor do que a presenciada na região Norte (163%), e, na região Nordeste (116%). As informações descritas estão presentes no gráfico 3, que traça a diferença entre o quantitativo de alunos das diferentes regiões.



Fonte: PNAD
Elaboração Própria

Os dados descrevem o total de alunos cursando o ensino superior nos anos da pesquisa, mostrando que houve uma ascensão ano após ano, em especial no ensino privado. Conquanto, embora a expansão do ES no Brasil nos últimos anos seja evidente, muitos desafios ainda estão postos, como por exemplo a inserção de jovens no ensino

superior e ainda há uma busca pela igualdade de gênero e promoção do reconhecimento da abrangente diversidade étnico-raciais presente na sociedade (ASSUMPTÃO, 2014).

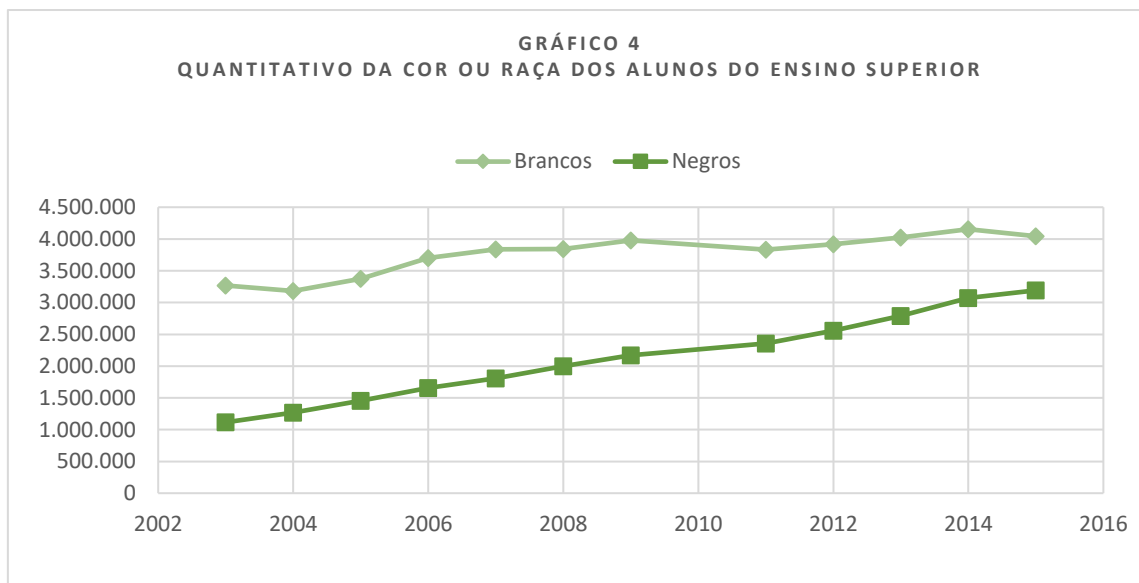
Negros e brancos sempre tiveram oportunidades diferentes na sociedade e no acesso ao ensino não foi diferente. Por conta disso, as políticas afirmativas são criadas visando minimizar essas desigualdades. Os argumentos favoráveis as políticas afirmativas concentram-se exatamente no, “reconhecimento de que o Brasil é um país racialmente desigual e que tal situação é fruto de discriminação e preconceito, e não de uma situação de classe social” (LIMA, 2010, p.87).

Diante disso, essas ações afirmativas buscam através da promoção de tratamento especial e diferenciado, resgatar a equidade de oportunidades entre os diversos grupos raciais existentes no país, preferencialmente para aqueles historicamente marginalizados. Por tanto, esse tipo de política visa, através do tratamento desigual aos que são desiguais na sociedade, tornar possível a igualdade de oportunidades, que tradicionalmente foi e ainda é negada aos grupos que são discriminados racialmente (JACCLOUD; BEGHIN, 2002).

A igualdade de oportunidades abre caminho para igualdade de chances, seja no ensino superior, mercado de trabalho, ou na vida. Jaccoud e Beghin (2002, p.47) esclarecem que, “assim como explicou Hélio Santos, ‘a chave da questão é exatamente essa: que as pessoas sejam capacitadas igualmente para que possam ter as mesmas chances em todos os campos em que a vida flui’. ” Com isso é muito mais palpável a ruptura desse desequilíbrio entre brancos e negros que permeia o país desde os tempos remotos.

Sendo assim, as ações realizadas pelo governo têm como finalidade minimizar as desigualdades sociais. A ampliação do acesso ao ensino superior tem nesse caminho de enfrentamento das desigualdades destacado papel, especialmente pelo fato das IES abrir caminhos, para que a população mais pauperizada e discriminada, galgue mais e melhores oportunidades no mercado de trabalho, e, conseqüentemente abram-se as chances de mobilidade social.

O Gráfico 4 mostra que mesmo com o progresso no número de negros a educação universitária no Brasil ainda é ocupada em sua maioria pela população branca. Todavia, o movimento aparenta ser de convergência dado o significativo aumento do quantitativo de negros. A taxa de crescimento da população negra foi nada menos de 186%, entre 2003 e 2015 contra 24% a população branca.



Fonte: PNAD
Elaboração Própria

De acordo com dados da PNAD 2015, os negros representam 53,92% da população brasileira, enquanto 45,22% se declaram como brancos, mostrando que o campus brasileiro é aproximadamente 20% mais branco que a sociedade brasileira, mesmo com toda a expansão ocorrida nos últimos anos.

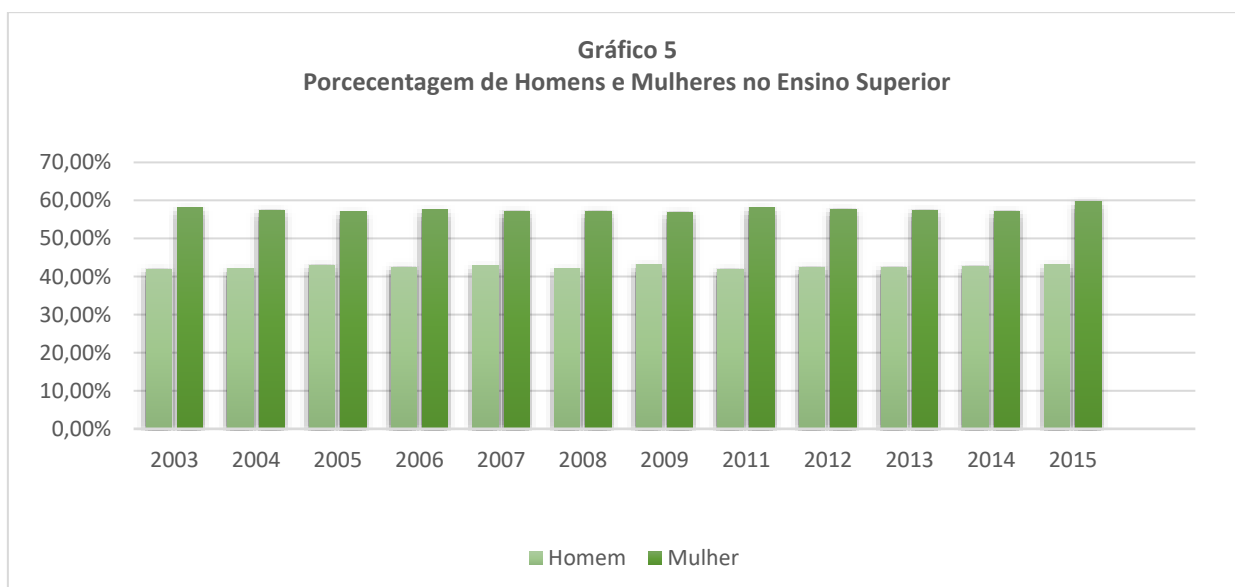
É notório que pretos e pardos vem galgando seu espaço nas instituições de ensino superior, na medida que antes representavam 1,1 milhão dos estudantes e, em 2015, eram 3,2 milhões, porém, a supremacia branca ainda é notória: os brancos, em 2003, eram 3,2 milhões, passando a ser 4 milhões, em 2015. Lima (2010) diz que o início do governo Lula, simboliza uma significativa mudança no Movimento Negro e na condução de políticas afirmativas com perspectiva racial, sendo assim esses números mostram uma evolução que pode ser resultado das políticas afirmativas do governo.

Contudo, esse expressivo alargamento no número de alunos no ES não alcançou homens e mulheres de maneira uniforme, dado que em todos os anos analisados as mulheres são maioria (Gráfico 5). Talvez esse seja um dos poucos indicadores no qual as mulheres apresentam vantagem frente aos homens. Guedes e Araújo (2011) relatam que muitas mulheres buscando sobreviver apenas do seu próprio salário acabam sendo obrigadas a investir na disputa por um bom lugar no mercado de trabalho. O que deve justificar sua busca crescente pelo nível superior e preparação dele proveniente a inserção no mundo laboral.

Em que pese a maior concentração das mulheres no ensino superior, que se reflete em uma média de anos de estudo que suplanta a dos homens, a inserção feminina no

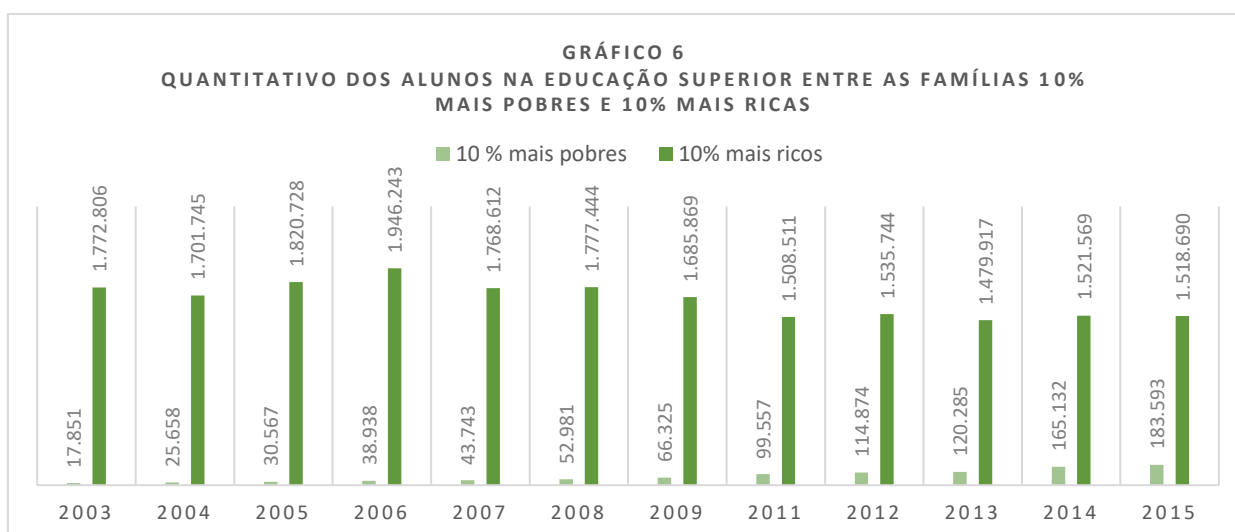
mercado de trabalho ainda é menor que a masculina, em situação mais precarizada, e, com menores rendimentos laborais. Os avanços educacionais, por parte das mulheres, não foram capazes de romper estereótipos que criam a imagem da mulher como uma força de trabalho secundária, portanto, com menor prestígio social.

Mas, como a defesa aqui é por equidade de gênero é preciso compreender as diferenciações educacionais entre homens e mulheres e buscar a sua equiparação. Este desequilíbrio na educação pode encontrar fundamento na entrada precoce de jovens e adolescentes no mercado de trabalho, enredando a com conciliação entre trabalho e estudo, ou ainda na situação de vulnerabilidade que se encontram principalmente os negros (ASSUMPCÃO, 2014).



Fonte: PNAD
Elaboração Própria

Além da maior presença de negros, outro fato que merece relevo é o espaço que vem sendo galgado pelos pobres na ES.



Fonte: PNAD
Elaboração própria

O Gráfico 6 mostra que em relação as famílias 10% mais ricas houve uma desaceleração de 14% no quantitativo de alunos na ES, já em relação as famílias dos 10% mais pobres houve uma expansão de nada menos que 928%. Portanto, embora os ricos ainda representem a grande maioria dos estudantes de nível superior, os pobres, notoriamente, têm encontrado seu espaço nesse ensino.

A ampliação da presença da população mais pobre no ensino superior se deve em grande parte pelo aumento do número de vagas, a interiorização das IES ou ainda as cotas. Sendo resultado, portanto das políticas públicas, a exemplo, as ações afirmativas voltadas exclusivamente para famílias de baixa renda. Ou a ampliação de cursos noturnos que permitem a conciliação de estudo e trabalho. Além do mais, tratando-se da rede privada de ensino, não há como negar que os programas como FIES e ProUni também permitem que o ensino superior seja mais palpável a esta parcela da população.

Essa é uma tendência que precisa ser mantida para que os avanços demonstrados anteriormente, que representam um processo de relativa democratização do ES, não se percam nos próximos anos.

4.1 DESAFIOS IMEDIATOS E FUTUROS

Após a análise dos dados dos últimos 12 anos, é evidente que o número de estudantes no ensino superior cresceu nos últimos anos, porém esse avanço pode estar em risco por diversos fatores. Um desses é a aprovação da emenda 95, do teto dos gastos primários, que “no caso da Educação, a mudança de regras para o cálculo do nível mínimo de aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) reduziria o piso de aplicações em mais de R\$ 380 bilhões no período de 20 anos conforme Ribeiro Gonzalez e (2017, p.1)

Outra questão é o recente debate sobre a gratuidade do ensino superior no Brasil e as políticas que o governo tem feito no sentido de garantir acesso ao ensino superior no bojo da crítica no relatório do Banco Mundial que tem como título, Um Ajuste Justo: Uma Análise da Eficiência e da Equidade do Gasto Público no Brasil. Nesse direção, uma onda conservadora parece tomar conta do país, colocando em xeque a gratuidade do ensino superior.

O relatório do Banco Mundial diz que na última década as despesas com ensino superior cresceram depressa, no ano de 2015, 0,5% do PIB foi destinado as universidades federais. Apontam que os estudantes de universidades públicas custam muito mais do que os estudantes de universidades privadas, cerca de duas a três vezes mais. Ainda descreve

que o valor relacionado ao conhecimento dos estudantes federais não é muito diferente daqueles que estão na rede privada, criticando a qualidade do ensino brasileiro, que embora tenha custado mais caro não melhorou em desempenho.

Porém o vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Carlos Roberto Jamil Cury diz em entrevista a ANPED, que “O documento faz uma leitura essencialmente econométrica, desconsiderando a legislação e o modo de funcionamento do ensino superior e da educação básica no Brasil” e que o cálculo do valor de um aluno na universidade pública ou privada não considera que as universidades públicas além de ensinar, trabalham com pesquisa e extensão, enquanto setor privado, de forma predominante, restringe-se apenas ao ensino de graduação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da ES no Brasil é marcada por um processo de estratificação e marginalização. Por longa data, ter um curso superior era algo acessível apenas a elite brasileira, que tem cor e sexo bem definidos: homens brancos. Outros tons, todavia, colore a história recente desse nível de ensino. A última década, no bojo dos governos de esquerda, presenciou um adensamento das políticas sociais e, entre elas, do ES.

Nesse contexto, segundo dados da Pnad, de 2003 a 2015, o número de alunos no ES cresceu 264,79%. Movimento de expansão que se deu tanto no setor público quanto no privado, com mais relevo no último. Esse processo de expansão da ES só foi possível devido a diversas medidas do governo federal tais como: o Prouni, o Reuni e o Fies, fato que revela que, no período recente, houve um claro esforço governamental de promover o acesso a esse nível de ensino.

Ademais, é importante destacar o avanço alcançado pela população mais pobre, que consegue encontrar ainda que em pequena proporção um espaço na educação superior em virtude das políticas afirmativas, mesmo que a população mais rica ainda seja maciçamente maior. Mas, cabe questionar: Até que ponto a expansão favoreceu o processo de democratização? Nesse sentido, o aumento expressivo do quantitativo de população negra, pobre, e do acesso ao ES nas regiões menos desenvolvidas do país, apontam para um avanço com inclusão de populações até então excluídas.

Todavia, o cenário futuro para a política da educação não é dos mais promissores. Dois elementos têm apontado para incertezas em relação ao adensamento, ou até mesmo a manutenção, dessas políticas, são eles: a Emenda 95; e o recente debate sobre a gratuidade do ES. A Emenda 95, que estabelece um teto para as despesas primárias da

União, representa, na prática, uma limitação as ações do governo na área social. Nessa direção, estimativas apontam perdas bilionárias para educação, o que certamente interromperá a trajetória até então seguida pelo ES.

Outra questão é o recente debate sobre a gratuidade ao ES no Brasil e as políticas que o governo tem feito no sentido de garantir o seu acesso, no bojo das críticas do Banco Mundial. O relatório do Banco Mundial diz que na última década as despesas com esse nível de ensino cresceram depressa. Esse debate que tem ganhado proeminência no País pode comprometer os avanços galgados revelando-se como um fato preocupante.

Diante do exposto, deve-se ficar atentos, pois a possibilidade de retrocesso é grande no ainda tímido processo de expansão e democratização do ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ANPEDE. **Entrevista com Carlos Roberto Jamil Cury (vice-presidente da SBPC)**. 2017. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-carlos-roberto-jamil-cury-vice-presidente-da-sbpc>> Acesso em: 27 de Jan. 2018
- ASSUMPÇÃO, A. S. B. M. **A MULHER NO ENSINO SUPERIOR DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE**. Cadernos do GEA, n. 6, jul./dez. 2014
- BARBOSA, C. L.; et al. **EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014)**. Paraíba, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/lorii/Dropbox/TCC/Artigos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20SUPERIOR%20BRASILEIRA%20EXPANS%C3%83O%20E.pdf>> Acesso em: 10 de Jan. 2018.
- BARROS, A. S. X. **Expansão da educação superior no brasil: limites e possibilidades**. Educ. Soc., v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., Campinas, 2015.
- BRASIL. **Presidência da República**. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 2007.
- CALDERÓN, A. I. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão**. Perspectiva, São Paulo, vol.14 n. 1 p. 61-72, 2000.
- CATANI, A. M. ; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. **PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?** Educar, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.
- CHACON, J. M. T.; CALDERÓN, A. I. **A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula**. Revista Iberoamericana de Educación Superior, v. 6 n. 17, 2015.

- CARVALHO, C. H. A. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 30 de Jan. 2018
- CISLAGHI, J. F. **A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 241-266, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200004> Acesso em: 30 de Jan. 2018
- COSTA, B. **Ensino superior no Brasil: avanços, contradições, desmonte e desafios.** Disponível em: <https://ptnosenado.org.br/wp/wp-content/uploads/2017/04/ensino_superior_200417.pdf> Acesso em: 06 de Jan. 2018.
- COSTA, D. M.; BARBOSA, F. V.; GOTO, M. M. M. **O novo fenômeno da expansão da educação superior no Brasil.** X Colóquio Internacional Sobre Gestión Universitária en América del Sur. Mar del Plata, 2010.
- CUNHA, L. A. **O ensino superior no octênio FHC.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>> Acesso em: 31 de Jan 2018.
- FRANCO, A. P. **Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições.** *Jornal de políticas educacionais.* N° 4. Jul-dez de 2008, p. 53-63.
- GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva.** *Série Cadernos do CEJ*, 24. Disponível em: <<http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/var02.pdf>> Acesso em: 11 de Jan 2018.
- GUEDES, M. C.; ARAUJO, C. **Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro.** Niterói, 2011.
- JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília, 2002.
- RIBEIRO, J. A. C.; GONZALES, R. H. S. **PEC 241: possíveis implicações para o financiamento das políticas de Previdência Social, Assistência Social, Saúde e Educação.** Brasília, 2017.
- LIMA, M. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula.** *Novos estud. - CEBRAP.* [online]. n.87, p.77-95, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005> Acesso em: 25 de Jan. 2018

LOBO, R. L.; FILHO, S. **A Evasão No Ensino Superior Brasileiro – Novos Dados.** O Estadão online, 2017. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/blogs/roberto-lobo/497-2/>> Acesso em 02 de Fev. 2018.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, B. T. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010.** Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**, 30 de outubro de 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 11 de Jan de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal ProUni.** 2011. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>> Acesso em: 31 de Jan 2018.

MORAIS, F. A. A. **O Prouni e a promoção da inclusão social.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10252>. Acesso em 30 Jan 2018

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M. **Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade.** São Paulo: Anpae, 2010.

PINTO, J. M. de R. **O Acesso à Educação Superior no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - out. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/>. Acesso em: 30 de Jan. 2018

SALDAÑA, P. **No ano do lema ‘Pátria Educadora’, MEC perde R\$ 10,5 bi, ou 10% do orçamento.** O Estadão, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,no-ano-do-lema-patria-educadora--mec-perde-r-10-5-bi--ou-10-do-orcamento,1817192>> Acesso em: 24 de Jan. 2018.

SAMPAIO, H. **Democratização da educação superior no brasil novas dinâmicas, dilemas e aprendizados.** Cadernos do GEA, n.7, jan.-jun. 2015

SILVA, T. A. B. **Contrarreforma neoliberal do ensino superior no brasil: reflexões acerca da gestão Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.** Congresso Nacional de Educação. 2016 Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA3_ID4175_01062016115150.pdf> Acesso em: 31 de Jan. 2018

VARGAS, H. M. Democratização da educação superior no Brasil: novas dinâmicas, dilemas e aprendizados. Cadernos do GEA, n.7, jan.-jun. 2015

ZAGO, N.; PAIXÃO, L. P.; PEREIRA, T. I. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. Educação em Foco, ano 19 - n. 27 - jan./abr. 2016 - p. 145-169.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006